

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



A NÃO APLICABILIDADE DO DIREITO A SALA DE ESTADO MAIOR PARA ADVOGADOS EM CASO DE PRISÃO POR DÍVIDA DE ALIMENTOS

Autor(res)

Marcelo Queiroz Alves De Oliveira
Alanis Luiza Santos Gomes

Categoria do Trabalho

1

Instituição

UNIVERSIDADE FUMEC

Introdução

A sala de estado-maior é definida pelo STF como uma sala, sem grades ou portas fechadas pelo lado de fora, em qualquer unidade militar ou de forças auxiliares que ofereça condições adequadas de higiene e segurança. A lei 8.906/94, garante aos advogados e advogadas o direito à sala de estado-maior em caso de serem presos. O presidente da OAB aponta que a sala é uma garantia de que não haverá perseguição contra o advogado apenas por sua atividade profissional.

Em seu artigo 7º, inciso V, da lei 8.906 dispõe que o advogado não será preso, antes de sentença transitada em julgado, senão em sala de Estado maior, com instalações e comodidades condignas. Na falta de uma sala de Estado maior, o advogado deve ser recolhido em prisão domiciliar. A aplicação desse direito foi alterada quando a Segunda Seção do STJ decidiu que o advogado devedor de pensão alimentícia não tem direito a prisão em sala de estado-maior, restringindo esse direito à prisão cautelar em investigação ou processo criminal.

Objetivo

O objetivo deste resumo é destacar a importância da Sala do Estado-Maior como um espaço fundamental para advogados em situações especiais, ressaltando a necessidade de seguir as normas da OAB para garantir o pleno exercício da advocacia e o respeito às prerrogativas profissionais.

Material e Métodos

Os materiais utilizados neste estudo são provenientes de decisões dos tribunais, da letra da lei e opiniões de juristas sobre o assunto. Também foram utilizados os métodos de pesquisa qualitativa para atingir o objetivo deste resumo, que é destacar a importância da Sala do Estado-Maior como um espaço fundamental para advogados em situações especiais, ressaltando a necessidade de seguir as normas da OAB para garantir o pleno exercício da advocacia e o respeito às prerrogativas profissionais.

Resultados e Discussão

A partir da ideia de que o direito à sala de estado-maior é para proteger o advogado de eventuais perseguições e proteger sua integridade surge a discussão se não seria uma violação a seu direito os casos de prisão civil por

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



dívida alimentícia. Mas, deve-se levar em consideração que, segundo o código de processo civil, os presos por dívidas alimentícias devem ser separados dos presos comuns e ficar em área destinada aqueles que estão presos por pensão alimentícia, além da permanência ser de até 90 dias ou o primeiro pagamento da dívida. Ademais, é importante destacar a situação dos presídios brasileiros, constantemente lotados, o que dificulta a plena aplicação do disposto em lei, e mesmo que preso civil por dívida, qual não há uma periculosidade presumida, ainda há chances do advogado ficar em contato com um ex-cliente ou de parte contrária, estes fatos aumentam a dúvida sobre a proteção do advogado.

Conclusão

Segundo a ideia do presidente da OAB, Beto Simonetti, a sala de estado-maior não é um privilégio, mas sim uma garantia para o exercício pleno da advocacia e da integridade do advogado. A limitação desse direito, sem um estudo mais complexo sobre seus efeitos, pode colocar o profissional em uma situação de perigo que interfira no exercício de sua profissão ou até riscos à sua vida pessoal. Percebe-se que o assunto deve obter mais atenção dos tribunais e dos exercentes da advocacia.

Referências

BRASIL, Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil. 1994.

BRASIL, Código de Processo Civil. 2015.

OAB NACIONAL, Advocacia Mantem Direito a Sala de Estado Maior, Esclarece OAB. 2023.

CAVALCANTE, Márcio André Lopes. Os advogados têm o direito de, caso sejam presos, ficarem recolhidos em sala de Estado Maior (art. 7º, V, do Estatuto da OAB); essa regra não se aplica para os casos de prisão civil. Buscador Dizer o Direito, Manaus.

PORTAL STJ, Segunda Seção Define que Advogado Devedor de Pensão Alimentícia Não tem Direito à Prisão em Sala de Estado-Maior. 2022.